# Origens e desenvolvimento da psicologia em São Paulo (Até o início do século XX)

Marina Massimi*

## 1. Origens da psicologia em São Paulo

As origens remotas da psicologia em São Paulo podem ser encontradas já na época colonial. Em se tratando de tal período histórico, não se pode dizer, evidentemente, da existência de uma psicologia científica, mas sim de uma psicologia entendida como conhecimento de conteúdo psicológico, presente em diversas áreas da cultura da época, desde a teologia, a ética e a pedagogia, até a literatura, a filosofia, a medicina, as ciências e a política (Massimi).

* Da Universidade de São Paulo.

Outra característica desse tipo de psicologia é a de ser obra de alguns intelectuais, por vezes autodidatas, ou formados em universidades estrangeiras. Não existiam, portanto, escolas doutrinárias ou formas de ensino sistemático da matéria, a não ser nos colégios jesuítas (e, mais tarde, nos mosteiros beneditinos e no convento franciscano), onde a psicologia era ensinada como parte do currículo filosófico.

Alguns nomes de intelectuais paulistas destacam-se pelas suas contribuições e elaboração de um saber psicológico no Brasil. O primeiro e, talvez, a figura mais interessante entre os outros, é o filósofo, cientista e literato Mathias Aires Ramos da Silva de Eça (1705-70). Nascido em São Paulo, onde viveu os primeiros 11 anos de sua vida, freqüentou a escola dos jesuítas, onde aprendeu os primeiros rudimentos de letras e ciências humanas. Licenciou-em em artes (denominação dada aos estudos propedêuticos de filosofia) na Universidade de Coimbra (Portugal), partindo, posteriormente, para Paris, onde dedicou-se ao estudo das ciências naturais, bem como matemática e hebraico, e aderiu ao movimento cultural do Iluminismo. A amplidão de sua formação cultural e o espírito iluminista transparecem em duas de suas obras, que nos interessam de modo particular do ponto de vista da história das idéias psicológicas no Brasil: as *Reflexões sobre a vaidade dos homens ou Discursos morais sobre os efeitos da vaidade* (1752), texto de filosofia moral, cuja tese principal é a afirmação de que a vaidade é a causa determinante dos comportamentos humanos e o *Problema de arquitetura civil, a saber, porque os edifícios antigos têm mais duração e resistem mais ao tremor da terra que os modernos?* (1770), estudo sobre a composição dos materiais usados na construção civil, contendo muitas informações de física, química, medicina e farmacologia.

O primeiro texto, inspirado na filosofia pessimista de La-Rochefoucauld, e contendo veias existencialistas, aborda alguns conteúdos de interesse psicológico, tais como: a teoria das emoções e as suas influências sobre a cognição e a motivação; a definição do homem como um ser narcisista desde a infância; elementos de psicologia social; e a questão das diferenças individuais. O objetivo das *Reflexões* é a observação da experiência individual, posta como horizonte também da realidade social.

A título de exemplo mostrar-se-á, a seguir, um aspecto de tal obra que se faz interessante para a história da psicologia. O método de conhecimento nela usado é o da introspecção. A esse respeito, Aires, no prólogo do livro, formula algumas interessantes observações acerca da existência de uma forma de censura relativa às sensações e paixões com conotação ética negativa. Estas fugiriam rapidamente da lembrança e do conhecimento do sujeito que as experimenta. Para evitar os efeitos limitantes de tal censura sobre o conhecimento de si mesmo, Mathias Aires declara que buscou "de alguma forma pintar as vaidades com cores lisonjeiras, e que as fizessem menos horríveis, e sombrias, e por conseqüência menos fugitivas da minha lembrança, e do meu conhecimento". O tema é retomado nas páginas sucessivas: a vaidade é uma paixão "inconsciente" (parafraseando Freud): ela "se esconde de tal sorte, que a si mesma se oculta e ignora; ainda as ações mais pias nascem muitas vezes de uma vaidade mística, que quem a tem, não a conhece, nem distingue".

O *Problema de arquitetura civil* (1770) enfatiza o método científico, baseado na observação e no experimento. No âmbito desta abordagem, destaca-se a explicação em termos naturalísticos do fenômeno das ilusões óticas, causadas nos mineiros pelas luzes artificiais e pelos vapores minerais. É refutada a explicação popular de tais fatos, baseada em causas sobrenaturais e ocultas (os espíritos). "É

certo" – afirma o autor – "que enquanto um fato pode ter lugar naturalmente, não o devemos entender como procedido de causa sobrenatural".

Outro intelectual paulista significativo para a história da psicologia é o Pe. Angelo de Sequeira (1776), de formação jesuíta, autor da *Botica preciosa e Tesouro precioso da Lapa, em que, como em botica e tesouro se acham todos os remédios para o corpo, para a alma e para a vida* (1754), livro de edificação religiosa, destinado aos fiéis e aos confessores, contendo experiências e conselhos oriundos do senso comum e das doutrinas religiosas e filosóficas. Os tópicos psicológicos tratados nesta obra são: a descrição dos efeitos da fantasia nos sonhos; a proposta de uma terapia da melancolia; a identificação de dois componentes da natureza humana: um, sensitivo, que opera durante o sono, através da fantasia, e outro, racional, que opera durante o dia e torna o indivíduo responsável por suas ações.

Por fim, vale citar um ilustre brasileiro nascido na província de São Paulo (em Santos), José Bonifácio de Andrada e Silva – (1763-1839), bem como sua obra de planificação social e política, que retratava o esforço em reorganizar o Estado brasileiro independente (*Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, 1823). Em tal trabalho, o autor apresenta um projeto, cuidadosamente elaborado, de aculturação do índio, concebido como um "mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios". Propondo vários tipos de dispositivos de controle, desde a educação e a religião até à emulação e o prêmio, José Bonifácio demonstra um profundo conhecimento dos mecanismos psicológicos do comportamento humano.

## 2. O ensino da "psicologia" nas escolas de São Paulo

Ao considerarmos a psicologia presente nas obras dos autores da época colonial como um conjunto de tentativas isoladas, propõe-se a seguinte questão: desde quando a psicologia começou a ser elaborada e transmitida de maneira sistemática na cultura paulista?

Como já dissemos, desde a época colonial o ensino da psicologia é praticado nas escolas junto às ordens religiosas presentes na cidade. A título de exemplo, pode-se lembrar que antes da supressão dos colégios jesuítas por ordem do Marquês de Pombal (em 1759), a psicologia é ensinada enquanto parte dos estudos filosóficos na escola do Pátio do Colégio, no segundo e terceiro anos de filosofia, dentro do curso de artes (Salgado), assim como no Convento dos Franciscanos (no primeiro ano de filosofia) (*Estatutos de 1776*).

No mosteiro dos Beneditinos, conforme as normas do *Plano e regulamento dos estudos* de 1789, a psicologia é ensinada no terceiro ano do curso de Filosofia.

Nos currículos das escolas franciscana e beneditina, os conteúdos psicológicos são localizados mais propriamente no âmbito de uma disciplina chamada de "pneumatologia" e definida como "o estudo sobre a natureza espiritual, que ensina o homem a conhecer a si mesmo, mostra a imortalidade e a espiritualidade da alma" (*Estatutos, de 1776*). É evidente tratar-se de uma psicologia filosófica, que se situa em uma visão metafísica da realidade e do homem, de matriz cristã, e especialmente inspirada no tomismo.

O mesmo tipo de psicologia continua a ser ensinada, a partir de 1856, no Seminário Episcopal de Sant'Ana, cuja atividade iniciou-se nesse mesmo ano, sob a direção de religiosos franceses. Evidencia-se, juntamente com a influência tomista, a presença das idéias do espiritualismo eclético francês. Como exemplo, pode-

se citar o *Compêndio de filosofia católico-racional* (1864), destinado ao uso escolar, de Frei Firmino de Centelhas, professor de filosofia e teologia moral na escola, que contém uma seção especificamente dedicada à "psychologia", sendo esta dividida em psicologia empírica-fundamentada no método da observação – e racional, baseada no raciocínio dedutivo.

Além disso, existe na teologia moral estudada no Seminário uma preocupação para com um conhecimento psicológico de natureza mais pragmática. Nos tratados da época dedicados a essa disciplina, por exemplo, são abordados temas como: "as enfermidades" da alma e suas relações com o corpo; a relação entre o físico e o moral do homem; a ação voluntária, a liberdade e a consciência; a influência das "paixões" sobre o comportamento humano.

Outra instituição escolar paulista onde a psicologia é ensinada, ao longo do século XIX, é a Faculdade do Direito, fundada em 1827. Noções de "psychologia" são ensinadas no âmbito das disciplinas filosóficas do curso preparatório e da cadeira de direito natural no primeiro ano de Faculdade, como documenta a análise dos manuais usados, na época, para o ensino dessa matéria. Trata-se mais uma vez de uma psicologia filosófica, mas com orientações teóricas diferentes da ensinada nos seminários; compreende, desde a escola do empirismo sensualista – representada pelo professor Avellar Brotero, autor do compêndio *Princípio de direito natural* (1829), que lecionou na faculdade de 1827 até 1871 – até o idealismo krausista de origem alemã, proposto por C.M. Galvão Bueno, professor na Faculdade a partir de 1870 (Bueno, 1877).

Particular destaque merece a influência da corrente do ecletismo espiritualista, introduzido no Brasil por Francisco de Mont' Alverne (autor do *Compêndio de philosophia,* 1859).

Em todas essas doutrinas, a psicologia é classificada, segundo a distinção de Wolff e Kant, em experimental e racional. Apesar de ser uma psicologia filosófica, seu ensino na Faculdade de Direito não tem uma finalidade puramente especulativa, mas responde ao objetivo de aplicar os conhecimentos psicológicos na prática do Direito. Avellar Brotero, por exemplo, baseando-se no sensualismo, atribui a desigualdade moral e jurídica entre os homens à desigualdade da organização sensorial e em uma extensa nota do compêndio, justifica a relevância do estudo da "ciência do homem", como propedêutica ao direito natural: "Os princípios do direito natural, base essencial da legislação, jamais podem ser aprendidos com aproveitamento e utilidade sem que primeiro se tenha uma leve noção do que é o animal homem" (Brotero, 1829).

### 3. A escola normal e a psicologia científica

A proposta de uma psicologia voltada para a intervenção, particularmente em relação às questões educacionais, esboça-se na Escola Normal, fundada em 1846; e na Escola Americana, fundada em 1873.

Na Escola Normal, inicialmente, os conteúdos psicológicos são ensinados no âmbito da disciplina de pedagogia. Um documento significativo do tipo de psicologia ensinada nesse período é constituído pelas provas de pedagogia elaboradas pelos alunos do curso nos anos de 1875, 1876 e 1877, encontradas no Arquivo do Estado de São Paulo (lata nº 5129, I.P.). Tais provas abordam temas como: as faculdades da alma, seu desenvolvimento e educação, os métodos científicos, as bases científicas da pedagogia.

A partir de 1892, a "psychologia" é introduzida como cadeira oficial do curso. Os tópicos do programa, proposto em 1893, são os seguintes:

"1. Idéia geral de psychologia applicada e moral e a pedagogia.
2. Atividade física. Os movimentos. Os instintos. Os hábitos corporais.
3. A sensibilidade física. O prazer e a dor. Os sentidos. Sensações internas e externas. As necessidades e os apetites.
4. A inteligência. A consciência e a percepção exterior. A memória. A imaginação. A abstração, a generalização, o juízo, o raciocínio, os princípios reguladores da razão.
5. A sensibilidade moral. Sentimentos de família, sentimentos sociais e patrióticos. Sentimento da verdade, do belo e do bem. Sentimento religioso.
6. A vontade. A liberdade. O hábito.
7. Conclusões da Psychologia".
(Relatório do Diretor da Escola, 1893).

O ensino, na Escola Normal da época, é marcado pela tentativa de se introduzir o método científico na prática pedagógica, com o objetivo de aprimorar a realidade escolar brasileira. Em um relatório de 1891, Caetano de Campos, o médico-pedagogista reformador e diretor da Escola, afirmara: "já não há empirismo. Há ciência na educação do homem" (Moacyr, 1942). A relevância atribuída à Psicologia na formação didática coloca-se, então, nesse contexto. Com efeito, sob a influência do positivismo dominante na época,* a pedagogia é considerada uma aplicação, na prática educacional, dos princípios e do método próprio da psicologia científica recém-constituída. Tal relação é esclarecida pelas palavras de O. Thompson, Diretor da Escola no começo do século XX: "Os processos pedagógicos subordinam-se ao método psicológico; os princípios de pedagogia são corolários dos princípios da psicologia. São o método psicológico e seus princípios a base científica sobre a qual se apóia a arte da educação, cuja sistematização definitiva conquistaremos, diz Spencer, quando estivermos em posse de uma psicologia racional" (Thompson, 1914). Tais princípios, derivados da "observação direta da realidade sensível, em meio de crianças verdadeiras, e não imaginárias", permitem estabelecer "como base da ação educativa o conhecimento do indivíduo" e, dessa forma, "Renova-se o sistema de ensino e de educação".

Nessa perspectiva é criado, em 1912, o Gabinete de psicologia e antropologia, da Escola Normal da Praça da República. Freqüentado semanalmente pelos alunos do quarto ano do curso da Escola Normal, e dirigido pelo professor Clemente Quaglio, o Gabinete torna-se a sede de um estudo experimental sobre a "infância anormal de inteligência" em que se utiliza, pela primeira vez no Brasil, a escala métrica da inteligência de Binet-Simon". São examinados 105 alunos da escola e 44 crianças do jardim da infância. (*Polianteia*).

Para propiciar o desenvolvimento das atividades do Gabinete, é convidado a dele participar, em 1913, o médico pedagogista italiano Ugo Pizzoli (1863-1934), especialista no "exame metódico de todas as energias da criança". Além de oferecer cursos de antropologia e psicologia pedagógica, com o objetivo de "ministrar ao educador um conhecimento científico completo do educando" (Pizzoli, 1914),

*
N. da A.: A primeira obra *fundamental* do positivismo no Brasil, o primeiro volume das *Três Filosofias* de L.P. Barreto, aparecera em São Paulo em 1874.

Pizzoli organiza e orienta vários trabalhos de pesquisa na área, cujos resultados são posteriormente publicados no caderno *O Laboratório de Pedagogia Experimental* (1914). Mais marcante, porém, é a reestruturação do Gabinete que, a partir de 1914, chamar-se-á de Laboratório de Psychologia Scientífica. Com esse nome, procura-se expressar o objetivo de afirmar "a existência de um princípio novo e de uma nova direção no campo da pedagogia" (Pizzoli, 1914). O laboratório contém uma vasta gama de aparelhos para medir a sensibilidade da criança, acreditando-se que, da sensibilidade do sujeito depende a exatidão da percepção, fundamento da vida social.

Além disso, há instrumentos para o exame das funções mentais complexas, alguns dos quais inventados pelo próprio Pizzoli. É o caso, entre outros, do "cryptoscópio": este aparelho, útil ao exame do raciocínio, consiste em uma caixa de madeira de formato cúbico, com uma de suas faces constituída por um vidro que permite observar a parte interna. Na tampa da caixa, há uma abertura circular de 10cm de diâmetro, por onde pode penetrar a mão da criança. Esta abertura é provida de uma manga de pano espesso, adaptável ao braço do sujeito sem que este possa ver os diversos objetos colocados dentro da caixa. Dessa forma, ele pode reconhecer tais objetos somente pelo auxílio dos sentidos musculotáteis. Assim, o sujeito é colocado em condições tais que seu juízo possa formar-se vagarosamente, através de uma análise, lenta e em etapas sucessivas, de suas sensações musculotáteis. Dessa maneira, interrompendo-se o automatismo do trabalho psíquico, seria possível estudar sua dinâmica. Os resultados, colhidos através das observações e experimentações assim desenvolvidas, permitiriam, segundo os pedagogos, "descobrir-se verdadeiras leis para o ensino", que será dessa forma transformado em uma prática científica, rigorosa e objetiva, eliminando-se o empiricismo e reduzindo o papel da subjetividade do professor do processo didático.

Inspirada na convicção de que "do laboratório de psicologia experimental virão, certamente, as bases científicas a seguir no ensino" (psicologia e psicotécnica), tal instituição se torna, no início do século XX, um centro de cultivo e estímulo do interesse pela psicologia experimental, valendo-se da colaboração de psicólogos estrangeiros (por exemplo, H. Piéron, que o visitou em 1927) e permitindo a divulgação de idéias e métodos da psicologia científica norte-americana no meio do corpo docente da escola.

### 4. O instituto "Psicofisiológico" de São Paulo

Para a implantação da psicologia experimental em São Paulo, no começo do século, destaca-se a contribuição de outro médico, desta vez brasileiro, o cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe (1843).

Formado em medicina pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, desenvolve estudos na área da higiene pública e atua na cidade de São Paulo como médico clínico, dedicando-se principalmente à terapia do alcoolismo. No contexto desse trabalho, interessa-se pela psicologia, buscando elaborar uma forma de "tratamento moral" para os alcoólatras. Para tal tarefa, utiliza-se do hipnotismo e da sugestão, baseando-se em uma teoria do psiquismo humano, esboçada no livro *As bases da moral: estudos de psicologia fisiológica*, publicado em São Paulo, em 1913. Neste texto, Jaguaribe enfatiza o valor da psicologia experimental como possibilidade de abordagem científica na prática terapêutica: "a psicologia experimental nos coloca, nos exames que fazemos sempre nos hipnotizados, no ponto de vista da verificação dos fatos, porque a ciência quer fatos" (1913). O uso da hipnose justifica-se, para Jaguaribe, a partir de uma conceituação da dinâmica das

relações entre a mente e o corpo, particularmente do "mecanismo de ação pelo qual o espírito age sobre o corpo" (1913). Por sua vez, tal conceituação responde ao objetivo de fornecer uma demonstração empírica da existência da alma, explicitando-se, assim, a possibilidade de uma "harmonia da ciência com a fé" (1913). Com efeito, segundo Jaguaribe, "sem o espírito, não se compreende a fé, que é o telescópio da razão" *(O veneno moderno)*.

Essa visão é um exemplo de como os interesses ou crenças de natureza metafísica, mais ou menos ocultos, podem desenvolver um papel propulsor e, às vezes, uma função determinante na elaboração de teorias científicas, fato hoje amplamente reconhecido por historiadores e filósofos da ciência.

A doutrina de Jaguaribe fundamenta-se, de um lado, na teoria neurológica de Ramon-Cajal, de formulação recente àquela época, e, de outro, na "descoberta dos eflúvios humanos". Tal descoberta é realizada pelo autor no âmbito de seus estudos sobre a radiatividade e o magnetismo animal. A existência de eflúvios, definidos como a exteriorização de energias dinâmicas inerentes ao homem e emanadas pelo cérebro, garante a eficácia terapêutica da sugestão e da hipnose. Com efeito, "a sugestão se grava no cérebro como uma imagem na fotografia" *(O veneno moderno)*, não, porém, para substituir a vontade do paciente, mas para reeducá-la, estimulando o restabelecimento da função diretiva do cérebro, que foi perdida pela influência nefasta do álcool sobre os neurônios. O "tratamento psicoterápico" do alcoolismo é praticado, por Jaguaribe, no Instituto Psicofisiológico, por ele mesmo fundado em São Paulo em 1901, casa de terapia para alcoólatras, obtendo-se como resultado a cura de 840 pessoas, ao longo de 12 anos de trabalho. Sua relevância é enfatizada pelos jornais paulistas da época (por exemplo: *O São Paulo*, de 2.12.1909).

O trabalho do Jaguaribe sobre o alcoolismo enquadra-se, de um lado, em uma preocupação mais ampla com a saúde pública no seu conjunto. Nesse sentido, ele aponta para as gravíssimas conseqüências sociais do alcoolismo (na cidade de São Paulo, o autor denuncia esse vício como variável antecedente de enfermidades mentais e como causa dos 50% dos casos de criminalidade). De outro lado, em sua visão social e cultural, o médico cearense atribui as causas do alcoolismo à crise de ordem moral da sociedade brasileira da época e a exploração político-econômica; o fato, por exemplo, de o desenvolvimento de fábricas estrangeiras produtoras de alcoólicos e o comércio de tais produtos serem protegidos pelas leis do Estado.

Finalizando, o Dr. Jaguaribe fornece, no início do século, uma contribuição muito interessante à elaboração de uma nova modalidade de conceber a psicologia, não mais como disciplina puramente especulativa, mas como ciência de intervenção na sociedade. O esforço experimental e teórico de Jaguaribe visa solucionar e posicionar-se criticamente frente às exigências reais da sociedade e às suas contradições. Nesse sentido, Jaguaribe talvez represente, ainda hoje, um exemplo a ser conhecido e seguido pelos psicólogos brasileiros do século XX.

Concluindo essa breve exposição sobre o desenvolvimento da psicologia em São Paulo até os inícios desse século, podemos sintetizar tal evolução em três fases principais: a fase assistemática dos "conhecimentos psicológicos", pertencendo a outras áreas do saber, e obra de intelectuais isolados (época colonial); a fase da "psicologia" como conteúdo de ensino sistemático no âmbito das disciplinas filosóficas das escolas superiores (desde 1823 até 1870): e, por fim, a transformação da psicologia de estudo especulativo e filosófico em ciência de intervenção social (fim do século XIX – início do século XX). Tal processo de mudança terá continuidade e consolidação ao longo deste século.